



Dario admitiu que as famílias estejam sendo usadas por políticos

Cartório vê política em loteamento clandestino

O titular do Cartório do 1º Ofício — Registro de Imóveis e Protestos de Títulos de Cariacica — Argilano Dario, admitiu ontem que as 600 famílias residente no bairro Campo Verde, naquele município, e que até hoje não conseguiram seus títulos de propriedade das terras possam estar sendo manipuladas em função dos interesses políticos do atual prefeito Aldo Prudêncio e do deputado Vicente Fantine, do ex-MDB, cujo filho, Rogério Santório Fantini, é proprietário do loteamento.

Ontem, ao explicar a sistemática de funcionamento para os registros de imóveis, Argilano Dario disse que nenhum dos documentos exigidos para registro do loteamento foi entregue ao cartório, mas que isso não significava que os moradores perderam suas terras, exceto se o Incra não fornecer a documentação exigida. E, para que o Incra libere a certidão é necessário uma outra, da Prefeitura Municipal de Cariacica, dando conta que a área do loteamento não é mais considerada rural, tendo sido incluída na zona urbana do município. Sem este documento o Incra não suspenderá o cadastramento da terra como rural, impedindo, assim, a regularização do loteamento.

Na Prefeitura de Cariacica a informação existente até ontem dava conta que o loteamento estava aprovado, sem maiores problemas, existindo, inclusive, o decreto 195/79, de 16/05/79, autorizando um loteamento de 36 quadras com 656 lotes e 25.354 m² de áreas doadas para benfeitorias e assinado pelo prefeito. Só que o documento não se encontrava nem mesmo na pasta de decretos. De acordo com Jorge Dias Martins, da PMC, toda a documentação do terreno está legal, mas até ontem o Incra ainda não havia recebido a certidão de que a área estava dentro da zona urbana da cidade, quando, então, receberia baixa, possibilitando, assim, o registro no cartório de imóveis.

O loteamento faz limites com outras áreas já loteadas, tais como o bairro Bambu, distando dois quilômetros da Rodovia José Sette, mas na prefeitura ninguém quis afirmar tratar-se de área dentro dos limites urbanos, limitando-se a afirmar que "devia ser". Sobre a autorização que deveria ter sido encaminhada para o Incra, ninguém soube informar. No

Incra, de acordo com fontes do órgão, a certidão está sendo exigida depois que a alteração referente a zonas rurais foi alterada. Até bem pouco tempo, conforme as explicações fornecidas ontem, as áreas com mais de 10 mil metros quadrados tinham destinação agrícola.

Mas, uma legislação do Ministério da Fazenda modificou este dispositivo, previsto na lei 5.868, determinando que nenhuma lei ordinária poderia sobrepujar as determinações da lei 5.172 — Código Tributário Nacional —, que traça normas sobre imóveis em zonas rurais e nas urbanas. Seguindo esta orientação, que tomou como ato normativo o Incra, manteve sob registro todas as áreas maiores de dez mil metros dentro da categoria "zona rural", existindo várias delas, atualmente em zonas urbanas. E a baixa somente pode ser feita mediante documentação da prefeitura, exigida pelo órgão, delimitando a zona urbana e com o imóvel incluído nela.

Assim, somente após a certidão da Prefeitura de Cariacica afirmando que a área do bairro Campo Verde está dentro dos limites urbanos é que o imóvel terá baixa no Incra, podendo, então, ser registrado no Cartório de Imóveis. Além disso, ele deverá estar com os impostos municipais em dia e somente será liberado depois que foram pagas todas as taxas devidas ao Incra. O órgão exige, complementarmente, um laudo técnico de um engenheiro agrônomo afirmando que a área possui características urbanas.

Este parecer é, no momento, o maior problema da Imobiliária Campo Grande para regularizar seu loteamento, embora a prefeitura insista em informar que, da parte dela, está tudo legal. Mas, no setor encarregado de fornecimento de certidões a situação é confusa, sendo tudo explicado na base do "pode ser". Argilano Dario, titular do cartório onde tramita o processo de registro do loteamento, admite que este "travamento" da certidão pode ser uma "alfinetada política" de Aldo Prudêncio em seu rival político Vicente Fantini. Mas, ao mesmo tempo, ele explica que o deputado do ex-MDB é muito esperto e se isso estiver acontecendo irá para os jornais denunciar o fato.

GAZ, 28/2/80

AJ07406